

Tradução e interpretação de Português – Libras na rede Informa-SUS-UFSCar: direito à informação para surdos em tempos de Covid-19

Translation and interpretation from Portuguese into Libras on the Informa-SUS-UFSCar network: right to information for the deaf in Covid-19 times

Vinícius Nascimento¹

Gustavo Nunes de Oliveira²

Lara Ferreira dos Santos³

Joyce Cristina Souza⁴

Rodrigo Vecchio Fornari⁵

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as ações de tradução e de interpretação do par linguístico Libras-Português realizadas no âmbito da rede InformaSUS-UFSCar no contexto da pandemia do novo Coronavírus. O InformaSUS-UFSCar se constitui em uma rede de trabalho envolvendo diferentes profissionais, setores e unidades da universidade e da sociedade civil a fim de promover e divulgar informações científicas e de qualidade para a população sobre a pandemia de COVID-19. As informações são publicadas em *sites* e em redes sociais e são produzidas por diferentes grupos temáticos, de pesquisa e de movimentos sociais. Para permitir que as publicações disponibilizadas na plataforma oficial da rede sejam acessadas também pelas comunidades surdas brasileiras que, historicamente, sempre ficaram à margem no que diz respeito à comunicação em saúde, a rede passou a contar com ações de tradução e de interpretação para a Libras. Apresentam-se, aqui, as formas de realização da tradução e da interpretação para a Libras na Rede InformaSUS para viabilizar o acesso da comunidade surda a informações confiáveis sobre a COVID-19.

Palavras-chave: Libras; tradução; interpretação; Comunidade Surda; COVID-19.

Abstract: This article aims to present the translation and interpretation actions into Brazilian Sign Language (Libras) carried out within the scope of the InformaSUS-UFSCar network in the context of the new Coronavirus pandemic. InformaSUS-UFSCar is a network including different professionals, sectors and units from the university and civil society in order to promote and disseminate quality scientific information to the population about the COVID-19 pandemic. The information is published

¹ Doutor e Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP e Bacharel em Fonoaudiologia pela mesma instituição. Tradutor e Intérprete de Libras-Português. Professor Adjunto II do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa e Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Laboratório de Tradução Audiovisual da Língua de Sinais (LATRAVILIS/DPSi/UFSCar). E-mail: nascimento_v@ufscar.br

² Doutor e Mestre em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Médico de Família. Professor do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador da Rede InformaSUS. E-mail: oliveiragn@gmail.com

³ Doutora em Educação Especial pela UFSCar e Mestre em Educação pela UNIMEP. Professora Adjunta II do Departamento de Psicologia e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Vice coordenadora do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa. E-mail: lfsantos@ufscar.br

⁴ Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tradutora e Intérprete de Libras-Português da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE/UFSCar). E-mail: joyce.souza@ufscar.br

⁵ Mestrando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bacharel em Imagem e Som pela mesma instituição. Técnico de Laboratório Audiovisual no curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa da UFSCar. E-mail: rodrigofornari@ufscar.br

on websites and on social networks and is produced by different thematic, research and social movement groups. In order to allow publications made available on the network's official platform to be accessed also by Brazilian deaf communities who, historically, have always been on the margins with regard to health communication, the network now has translation and interpretation actions for Libras. Here, we present the ways of carrying out the translation and interpretation for Libras on the InformaSUS Network to enable the deaf community to access reliable information about COVID-19.

Keywords: Libras; Translation; interpretation; Deaf Community; COVID-19.

1. Introdução

O contexto emergencial da pandemia do novo Coronavírus tem mobilizado diferentes setores da sociedade para a orientação quanto à higiene, imunização, prevenção e cuidados com a saúde a fim de evitar a rápida disseminação da doença e o colapso do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, quantidade significativa de informações falsas tem circulado, confundindo a população sobre a necessidade do isolamento social, de ações preventivas, de cuidados terapêuticos de doentes e de impactos relacionados à COVID-19. Por essa razão, um grupo de professores de diferentes departamentos, técnicos administrativos (TAs) e alunos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se uniram a profissionais de diferentes setores da sociedade civil para criar um espaço democrático de informações com embasamento científico e, com isso, permitir aos cidadãos brasileiros a possibilidade de ampliar seus conhecimentos a partir de uma base de dados confiável sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus.

A mobilização desse grupo aconteceu após a criação do Comitê de Controle e Cuidados em relação ao Novo Coronavírus, instituído, por sua vez, em 12 de março de 2020, através da portaria GR Nº 4369 da Reitoria da UFSCar. A união desses profissionais resultou na criação da Rede InformaSUS-UFSCar em 15 de março de 2020. A rede, materializada na plataforma <https://www.informasus.ufscar.br/> e coordenada pelo professor do Departamento de Medicina Gustavo Nunes de Oliveira via projeto de extensão “Comunicação Social no Contexto da Covid-19”⁶, se propõe como um espaço de organização, checagem e produção de conteúdo para imprensa, internet e mídias sociais, qualificando a informação disponibilizada ao público e auxiliando no controle da pandemia e combate às notícias falsas.

Entretanto, assim como em outras plataformas, boa parte das informações em relação à pandemia tem sido publicada em língua portuguesa. Por isso, com o objetivo de ampliar o acesso das informações disponibilizadas na Rede para a comunidade surda, o *site* e as *lives*

⁶ Processo UFSCar-ProExWeb: 23112.007064/2020-21

produzidas pelos grupos temáticos da Rede passaram a contar com tradução e interpretação para a Libras (língua brasileira de sinais), língua utilizada pelas comunidades surdas no Brasil.

As comunidades surdas brasileiras se constituem em grupos heterogêneos que possuem como traço comum a experiência do não-ouvir devido a limitações biofisiológicas da audição e utilizam a língua de sinais como primeira língua e a língua majoritária como segunda (MOURA, 2000; 2013; ASSIS SILVA, 2012). Essas comunidades são compostas, geralmente, por sujeitos que nasceram em famílias que falam, majoritariamente, a língua oral, pois 95% das crianças surdas nascem em famílias ouvintes (NORTHERN; DOWNS, 1991). Segundo Quadros (2019), dependendo da posição dos pais da criança surda e das orientações que recebem ao tomarem conhecimento da surdez de seu filho, a criança surda pode vivenciar a aquisição da língua de sinais precocemente ou não.

A Libras foi reconhecida legalmente pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio de comunicação e expressão dessas comunidades, e apesar desse reconhecimento, os meios de comunicação audiovisuais e as diferentes plataformas jornalísticas disseminam informações apenas pela língua portuguesa, excluindo, com isso, boa parte das comunidades surdas brasileiras que utilizam a Libras. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 23 de março de 2020⁷, no início da pandemia, 61% da população brasileira confiava na TV para se informar sobre a pandemia de COVID-19 e 56%, em jornais impressos. Rádio e sites de notícia despontam, em seguida, com, respectivamente, 50% e 38% de credibilidade.

Esses dados corroboram a afirmação de Rezende (2000) de que a TV ainda possui um lugar de prestígio em nossa sociedade como meio de acesso à informação. Entretanto, ela não é 100% democrática e inclusiva por não considerar, dentre outros grupos, o de pessoas com deficiência visual e a população surda como público-alvo de suas programações (NASCIMENTO, 2016). Esse aspecto pode ser evidenciado pela ausência de tradutores e de intérpretes em entrevistas, debates e orientações para a população surda em um momento tão crítico quanto o da crise sanitária de 2020. A ausência de tradução e de interpretação para a Libras faz com que essa população fique à margem da veiculação de informações importantes, deixando-a, portanto, mais suscetível às notícias falsas, visto que, conforme pesquisa realizada por Nascimento (2020), 40% dos surdos não se consideram proficientes na língua portuguesa para a leitura de legendas ou de textos em sites⁸.

⁷ Pesquisa completa em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/03/23/22cedeee019d1bf3e5e82c889e058b9bhb.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

⁸ Devido às questões biofisiológicas, o português não é adquirido de forma natural pelas crianças surdas, demandando, com isso, intervenções reabilitativas, como o uso de aparelhos de amplificação sonora individual

As comunidades surdas, durante séculos, lutaram por direitos linguísticos, educacionais e sociais. No Brasil, o reconhecimento legal da língua de sinais, em 2002, reforçou a Lei de acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), voltada à inclusão das pessoas com deficiência. Em 2005, o Decreto 5.626, que regulamentou a lei de Libras (Lei nº 10.436/2002), ampliou as determinações para que o Estado garanta aos surdos o direito pleno à vida social. Dentre os diferentes direitos, o de acesso à saúde figura como central, conforme consta no Capítulo VII do referido decreto, que diz que o:

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005).

Esse direito também é garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 2009) que, em seu artigo 2º, afirma que todo ser humano pode invocar seus direitos, independentemente de sua língua (dentre outras inúmeras questões), e, ainda, que não será feito nenhum tipo de distinção em decorrência desse fator. Em seu artigo 25, a Declaração explicita também que toda pessoa tem direito à saúde e ao bem-estar.

Diante do exposto, compreende-se que todo ser humano tem o direito de comunicar-se em sua língua de conforto sem que sofra qualquer tipo de distinção ou discriminação, e que aos surdos brasileiros é assegurado, legalmente, o uso da Libras em quaisquer locais. Entretanto, especialmente no espaço da saúde, se faz necessária a presença de profissionais com conhecimento da Libras e/ou tradutores e intérpretes dessa língua para garantir atendimento de qualidade a esses cidadãos. Todavia, essa não é a situação que comumente se observa nos serviços de saúde.

Alguns estudos (CHAVEIRO, et al., 2008; COSTA, et al., 2010; CHAVEIRO, et al., 2014; SOARES, et al., 2018; BEGROW, et al., 2020) vêm demonstrando os problemas na falta de acesso da comunidade surda aos sistemas de saúde, da atenção básica à alta complexidade, apontando que, dentre os impedimentos, a falta de comunicação com os profissionais da saúde é o fator com maior latência. Esses estudos revelam, sobretudo, o

(AASI), implante coclear e terapia fonoaudiológica. A Libras, por sua vez, pode ser adquirida de forma mais espontânea quando crianças surdas são colocadas em contato com sinalizantes, especialmente surdos, que permitem com que eles adquiriam a língua, se reconheçam como sujeitos e se sintam pertencentes a uma comunidade (MOURA, 2013). Por essas razões, a língua portuguesa é considerada a segunda língua da comunidade surda pelo Decreto 5.626/2005, que garante, dentre outras coisas, que as crianças surdas aprendam a Libras como primeira língua e a modalidade escrita do português como segunda.

descumprimento, tanto por parte das instituições públicas quanto das privadas, da legislação, que assegura o direito da comunicação em Libras pelos surdos nas diferentes esferas sociais. Esse direito deve ser garantido com a formação e contratação de tradutores e de intérpretes de Libras, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005, visto que a tradução e a interpretação são aspectos fundamentais para garantir atendimento de qualidade à população surda na sociedade como um todo.

Entretanto, a negligência do Estado sobre os direitos comunicacionais dos surdos afeta também as formas de atuação e de formação profissional de tradutores e de intérpretes. Estudos como os de Pereira (2014) e de Jesus (2017) indicam que os maiores desafios da atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde estão ligados ao ato tradutório e interpretativo devido às especificidades da linguagem médica, ao desconhecimento de questões de escopo da saúde e à proximidade, causada pelas relações comunitárias e sociais, entre muitos profissionais tradutores e intérpretes e os surdos.

Frente ao exposto, pode-se afirmar que a comunidade surda caminha à margem das informações no que se refere à sua própria saúde. No contexto da pandemia, essa exclusão se intensificou pela falta da produção de informações sobre a COVID-19 em Libras. Diante da ausência de tradutores e de intérpretes de Libras, da falta de preparo e conhecimento dos profissionais, e da subutilização do sistema de saúde por sujeitos surdos, a prevenção, por meio do acesso às informações em Libras, mostra-se um dos caminhos mais viáveis para a manutenção da saúde. Por essa razão, visando ampliar o acesso da população surda às informações sobre o novo Coronavírus e, também, cobrir uma lacuna emergencial de comunicação em saúde para essa população no contexto da pandemia, a rede InformaSUS passou a contar com a tradução e a interpretação da Libras de seus diferentes conteúdos. O objetivo deste artigo é apresentar como as ações de tradução e de interpretação do português para a Libras são desenvolvidas no âmbito dessa rede. Para tanto, discute-se, na sequência, as especificidades da tradução e da interpretação entre línguas de diferentes modalidades para, a seguir, descrever o trabalho na Rede InformaSUS-UFSCar.

2. Tradução e interpretação intermodal

A tradução e a interpretação são atividades interlinguísticas, cognitivas, discursivas e laborais que permitem que a barreira comunicacional entre duas pessoas ou comunidades seja transposta. Entretanto, apesar de possuírem aspectos em comum, existem diferenças importantes em suas realizações enquanto processos (o traduzir e o interpretar) e enquanto

produtos (a tradução e a interpretação). Segundo Rodrigues (2015), as diferenças se concentram, basicamente em quatro aspectos: (1) *no tipo do texto*: enquanto na tradução os textos, geralmente, são oferecidos ao tradutor de forma finalizada, registrados em diferentes plataformas, na interpretação, os textos são entregues de forma imediata na situação de comunicação face-a-face, geralmente de modo oral; (2) *no modo de produção ou realização das atividades*: na tradução, os textos são produzidos previamente, e os autores do texto-fonte e o público final não estão presentes no momento da realização da tradução. Na interpretação, todavia, o texto é produzido imediatamente e os autores do discurso e o público partilham da mesma situação de comunicação imediata; (3) *nas fases inerentes ao processo*: a tradução envolve planejamento dos processos envolvidos – do acesso inicial do texto à sua entrega final, produção, recursividade e, em especial, a revisão do produto final. Na interpretação, não há planejamento, apenas preparação prévia com acesso, quando possível, ao resumo da fala dos enunciadores e a produção da interpretação acontece sem possibilidade de revisão de qualquer ato de enunciação realizado no momento; e, por último, (4) *no caráter do produto final*, que na tradução é duradouro e com registro automático enquanto na interpretação é efêmero e, geralmente, sem registro.

Quando se insere o elemento *modalidade de língua*, que corresponde aos “sistemas físicos ou biológicos de transmissão por meio dos quais a fonética de uma língua se realiza” (MCBURNEY, 2004 apud RODRIGUES, 2018, p. 114), a discussão sobre as diferenças e semelhanças precisam ser reconsideradas, visto que os meios de produção e de recepção das línguas influenciam nas formas de registro e de circulação dos discursos.

A discussão sobre as diferentes modalidades de língua tem sido um balizador importante nos estudos sobre a linguagem, porque evidenciam que as línguas humanas podem ser produzidas de modo vocal e recebidas pela audição (modalidade vocal-auditiva), mas também podem ser produzidas gestualmente e recebidas pela visão (modalidade gesto-visual). Essas diferenças impactam as práticas de tradução e de interpretação quando as línguas que compõem o par linguístico são de modalidades diferentes (QUADROS, LILLO-MARTIN, PICHLER, 2011; RODRIGUES, 2015; 2018).

Os processos de realização da tradução e da interpretação *intermodal* (SEGALA, 2010; RODRIGUES, 2015; 2018) – que envolve línguas de diferentes modalidades – são parecidos com os da tradução e da interpretação *intramodal* (quando as línguas são da mesma modalidade). Todavia, as formas de acesso ao texto-alvo, bem como a entrega do produto final são marcados, dentre outras coisas, pela necessidade de visualização do discurso quando a direção do processo for língua vocal-língua gestual. Segundo Rodrigues (2018, p. 119),

[...] é importante destacar que a tradução de línguas de sinais pode envolver a escrita, mas o que tem sido mais comum é o registro em vídeo do *corpo do tradutor como língua*. Isso faz com que os tradutores intermodais surdos e ouvintes, que têm seu texto alvo em língua de sinais, sejam sempre *visíveis ao seu público* e que, muitas vezes, sejam vistos como o único autor do texto. Além disso, no processo de interpretação intermodal que tem como texto alvo a língua de sinais ocorre o mesmo, já que os intérpretes de sinais precisam *estar visíveis diante do público*.

Diante dessas especificidades, qualquer processo de produção de tradução ou de interpretação para a língua de sinais precisa considerar a visualidade enquanto elemento central ligado à modalidade gesto-visual dessa língua de chegada. No que diz respeito à tradução, Segala (2010) descreveu o processo tradutório interlinguístico, intermodal e intersemiótico de textos escritos do português para a Libras. Segundo o autor, os processos tradutórios que envolvam uma língua vocal-auditiva que esteja na materialidade escrita e uma língua sinalizada demandam uma estrutura de registro diferente do habitual processo que envolve duas línguas escritas. O aparato necessário é constituído de câmera, iluminação, computadores, *teleprompter*, quando houver possibilidade, uso de texto impresso, dentre outros elementos. Isso porque esse processo envolve: a) leitura do texto acadêmico pelo tradutor; b) estudo do texto pelo tradutor da versão a ser disponibilizada on-line traduzida para a Libras; c) caso necessário, seleção, pelo tradutor, de palavras adequadas para organizar um glossário; d) a filmagem da tradução em Língua de Sinais; e) edição da filmagem; f) revisão da filmagem realizada; g) refacção da filmagem, se houver detecção de erros; e h) revisão final. Esses processos, entretanto, não são realizados fora de normativas técnicas, como alerta Nascimento (2011; 2017), mas precisam atender aos aspectos da boa visualização, bem como às coerções dos diferentes gêneros do discurso.

Em relação à interpretação, Rodrigues (2018) alerta para o fato de que não necessariamente haverá a necessidade de uso de aparato tecnológico para que o público-alvo acesse o texto-alvo produzido pelo intérprete, a depender do contexto de atuação. Entretanto, em contextos de grandes conferências ou em que a interpretação precisa ser transmitida por aparatos tecnológicos, uma estrutura para captação da imagem do intérprete precisa ser garantida. Alguns elementos dessas estruturas se parecem um pouco com os indicados por Segala (2010): câmera, fundo neutro, computador, iluminação. Acrescenta-se, aí, a tela de projeção para o público-alvo, isto é, um retorno de vídeo da situação comunicativa que está gerando o texto-fonte (palco, bancada, rua etc.) e de áudio, para que o intérprete, quando for ouvinte, possa captar bem as informações auditivas.

Todavia, apesar da transmissão da interpretação intermodal ser algo que vem acontecendo recentemente em eventos com grandes públicos como conferências, *shows*, palestras, cultos religiosos, dentre outros, a realidade da pandemia de COVID-19 introduziu uma nova forma de atuação para os intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro: a chamada interpretação remota. Segundo Braun (2015), interpretação remota refere-se ao uso de tecnologias de comunicação para obter acesso a um intérprete em outra sala, prédio, vila, cidade ou país. Nessa configuração, uma linha telefônica ou *link* de videoconferência é usado para conectar o intérprete aos participantes principais, que estão juntos em um local diferente. A interpretação remota é descrita como um método de entrega de interpretação e tem sido usada para interpretação simultânea, consecutiva e de diálogo. No caso da língua de sinais, segundo a autora, o termo utilizado também é *video remote interpreting* (interpretação remota em vídeo).

Para Alley (2012), essa é uma modalidade que demandaria formação específica, devido ao envolvimento de uma série de outros fatores ligados à realização da interpretação. Por isso, alguns profissionais resistem a essa forma de trabalho, porque nem sempre há um treinamento mínimo oferecido aos profissionais e aos usuários, e os participantes ficam confusos sobre como proceder com uma interação interpretada remotamente, o que faz com que haja mais estresse em todos os envolvidos na situação comunicativa.

Apesar de ser realidade nos Estados Unidos e na Europa, a interpretação remota foi imposta aos intérpretes brasileiros de forma massiva com a pandemia de COVID-19. Muitos profissionais viram-se, da noite para o dia, tendo que criar estratégias, aprender a lidar com plataformas e estruturas de áudio e vídeo, para fazer com que a interpretação acontecesse com alguma qualidade. Todavia, diferente dos intérpretes de línguas vocais que precisam de uma estrutura mais ligada à produção e transmissão de voz, os intérpretes de língua de sinais precisam garantir uma transmissão da sua imagem visto que, conforme dito, o texto de línguas dessa modalidade é acessado com a visualização do corpo do intérprete. Por isso, a estrutura demandada dos intérpretes de língua de sinais é mais parecida com a de um estúdio de filmagem.

Na Rede InformaSUS-UFSCar, são realizadas atividades de tradução e de interpretação intermodal. No caso da interpretação, as ações têm sido realizadas remotamente, devido ao isolamento social, para garantir o acesso dos surdos em eventos on-line promovidos pelos diferentes grupos que alimentam a plataforma com conteúdo sobre a pandemia. Na sequência, descreveremos o funcionamento da Rede InformaSUS e a organização do fluxo de trabalho de tradução e de interpretação.

3. A Rede InformaSUS e o fluxo de trabalho de tradução e interpretação para a Libras

Em termos organizacionais, o InformaSUS é uma rede que conecta equipes técnicas e grupos temáticos através de sua plataforma *web* e seus perfis de redes sociais no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*. Essa rede se constitui como dispositivo que não apenas facilita a difusão de informações para diversos públicos, mas conecta diversos coletivos ofertando meios tecnológicos para um processo editorial coletivo e dinâmico.

Para aqueles que não têm acesso ao “lado de dentro” do InformaSUS, a produção da rede pode aparentar uma repetição dos sistemas tradicionais de comunicação, do tipo *broadcasting* (ROSA, 2013), no qual os produtos de comunicação partem de um único polo (emissor) e se transmitem de múltiplos polos receptores. No entanto, o InformaSUS se constitui como uma rede de redes, conectando grupos temáticos e equipes técnicas, as quais atuam nos processos de criação, curadoria e edição de produtos de comunicação relacionados a questões problemáticas em torno da pandemia de COVID-19, com base em produção acadêmica de qualidade.

Alguns grupos temáticos se constituíram a partir do interesse de grupos de pesquisa, de técnicos, estudantes, de projetos de pesquisa, ensino e extensão universitária, alguns já existentes antes da pandemia, que se organizaram em torno de seus recortes de estudos e ações em áreas específicas, direcionando sua produção para questões problemáticas relacionadas ao contexto da pandemia. Outros grupos temáticos surgiram a partir de coletivos militantes e movimentos sociais com ou sem a articulação direta com grupos acadêmicos e que, a partir da movimentação provocada pelo projeto de extensão “Comunicação Social no Contexto da Covid-19”, entraram em contato e se conectaram à produção colaborativa em rede, no InformaSUS. Desse modo, todos os grupos já são redes em si mesmos, conectando diversas áreas da UFSCar e a UFSCar com outras instituições e sujeitos.

As equipes técnicas foram inicialmente compostas a partir de necessidades do projeto, para a viabilização de suas ações, especialmente para a criação do *website*, seu desenvolvimento tecnológico e suporte e para a criação e administração dos perfis oficiais nas redes sociais. A partir da criação do *website*, com o desenvolvimento e implementação de recursos de criação, edição e publicação de conteúdos de comunicação (postagens em *blog*, vídeos, áudios, *banners*, entrevistas, artigos, aulas, infográficos, acervos, perguntas e respostas, entre outros), foram constituídas as equipes de revisão linguística e de tradução para Libras, além da equipe de gestão de acervo, garantindo a viabilidade do processo editorial.

Essa característica de rede do InformaSUS possibilita que a produção de conteúdo, mesmo quando parte inicialmente de uma única pessoa participante, possa encontrar ressonâncias, inicialmente em seu grupo ou coletivo de origem, passando por um processo de discussão e curadoria, regulado por uma política editorial comum, baseada em princípios e diretrizes pactuados que garantem a qualidade final das publicações. Além disso, os canais de interatividade do InformaSUS, como o canal de envio de dúvidas, o formulário de contato, canal de denúncias e os espaços de comentários das publicações, criam conversações e modulam as percepções das necessidades de novos conteúdos. Desse modo, o InformaSUS se constitui em um dispositivo de comunicação em rede, comportando diversos fluxos e processos de comunicação multidirecionais (ROSA, 2013).

A multiplicidade de grupos temáticos e equipes técnicas envolvidas torna o projeto um desafio interdisciplinar, intersetorial e demanda um processo de gestão que aposte na força de conexão e coesão entre esses coletivos de forma cogestiva. Na UFSCar o projeto envolve professores, TAs, alunos de graduação e pós-graduação de todos os departamentos das Ciências da Saúde, de grande parte dos departamentos das Ciências Humanas e ainda departamentos e setores nas áreas de computação, tecnologias da informação e comunicação. Cada grupo e equipe que colabora no InformaSUS tem representantes que compõem o Corpo Editorial do InformaSUS-UFSCar, responsável por discutir e deliberar sobre as estratégias de comunicação e definir a sua política editorial, junto à coordenação do projeto. As publicações do InformaSUS respeitam as diretrizes da política editorial e os termos de uso da plataforma, que garantem respeito aos direitos autorais e uma série de normas para o uso adequado de suas ferramentas. Não há cobrança de valores ou qualquer contrapartida financeira imposta pelo projeto aos autores ou usuários da plataforma. Qualquer pessoa que participe do projeto pode publicar, através de um grupo temático ou equipe colaboradora da rede, não sendo necessário ter vínculo formal com a UFSCar.

O processo editorial entende como pressuposto que toda publicação, tendo um ou mesmo vários autores, deve ser proveniente de um grupo temático ou equipe ligada à rede. Nesse sentido, toda publicação passa por uma curadoria inicial, ainda antes de sua publicação na plataforma, a qual envolve os efeitos da definição e composição dos grupos temáticos; definição e priorização das temáticas; definição de público-alvo de cada publicação, pesquisas e coletas de dados; captação audiovisual; realização de fóruns de discussão; processo de produção de conteúdo e edição de textos e material audiovisual. Tendo sido aprovado no grupo de origem, a publicação é criada na plataforma, ainda no formato para revisão editorial. Disparado o processo de revisão, o material passa por revisão linguística, a qual é conduzida

não somente como forma de qualificar a correção da linguagem, gramática e estilo, mas também como modo de potencializar o seu adequado direcionamento ao público-alvo de cada publicação. Após a revisão linguística, o material passa por um processo de revisão de *design*, no qual não só a diagramação, como o conteúdo gráfico, imagens, vídeo e som são qualificados e adaptados aos formatos da *web* e personalizados para cada canal das mídias sociais, ampliando as possibilidades de alcance dos produtos de comunicação gerados.

As publicações são veiculadas no *website* e nas redes sociais após todo esse percurso de curadoria científica e revisão editorial e ainda assim passam por processos de revisão e análise curatorial pós-publicação, o que envolve: curadoria de gestão de conteúdo no *website* e perfis de redes sociais; definição de posicionamento das publicações no *website* e redes sociais; curadoria de comentários; interação com público leitor; definição de estratégias de ampliação de alcance das publicações; estratégias de adaptação e disseminação de conteúdos para mídias sociais.

Um dos processos de curadoria pós-publicação do InformaSUS-UFSCar envolve a equipe de tradução e de interpretação para Libras, gerando uma linha editorial específica na qual os conteúdos do InformaSUS são colocados em uma fila de tradução e recriados de forma a garantir a acessibilidade desta população interessada. Essa curadoria específica acontece na Rede InformaSUS via projeto de extensão “Tradução e interpretação para a Libras na Rede InformaSUS-UFSCar: direitos linguísticos e direito à informação para surdos em tempos de COVID-19”⁹, coordenado pelo professor do Departamento de Psicologia Vinícius Nascimento e desenvolvido no Laboratório de Tradução Audiovisual da Língua de Sinais (LATRAVILIS), e reúne docentes e TAs tradutores e intérpretes de Libras da universidade, bem como discentes dos cursos de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP), Imagem e Som e Biblioteconomia. As ações são desenvolvidas a partir das demandas solicitadas pela Rede InformaSUS em 5 grupos de trabalho (GTs) que atuam nas frentes de tradução e de interpretação:

Quadro 1: descrição dos GTs que atuam na tradução e interpretação para a Libras

GT	ATIVIDADE	FUNÇÃO	MEMBROS
GT1	Atualização das publicações	Acompanhamento do fluxo de publicações no <i>website</i> da Rede InformaSUS	Discentes
GT2	Tradução/interpretação	Realização da tradução e/ou da interpretação do material/evento demandado	Discentes, TAs TILS, Docentes
GT3	Terminologia	Pesquisa de termos específicos do campo	TAs TILS e Discentes

⁹ Processo UFSCar – ProEx Web: 23112.010276/2020-96

da saúde em Libras			
GT4	Supervisão e revisão	Supervisão das traduções/interpretações realizadas por alunos	Docentes e TAs TILS
GT5	Equipe de edição	Edição dos materiais traduzidos para inserção nas plataformas digitais	TAs de audiovisual e discentes

Fonte: desenvolvido pelos autores

Esses GTs atuam remotamente, estão reunidos em um grupo de *WhatsApp*, que funciona como uma sala virtual de reuniões da equipe, e contam com uma pasta compartilhada no *Google drive* com: (i) *planilhas* com as informações sobre as publicações e o fluxo das traduções; (ii) um *plano de trabalho* descritivo e orientacional técnico, com normas sobre as estruturas adequadas para a tradução/interpretação; (iii) uma pasta para que os vídeos traduzidos possam ser enviados para a revisão e depois edição; (iv) uma pasta para a inserção dos vídeos editados e finalizados para subirem para as plataformas digitais e *site*; e (v) uma pasta denominada *sinálio*, que conta com os vídeos dos termos em Libras produzidos pelo GT3, disponíveis para a equipe de tradução.

3.1. Fluxo da tradução

A frente de tradução atua com duas produções geradas pela Rede InformaSUS: (i) o *website* oficial com as publicações dos grupos temáticos e (ii) a *web série* “COVID-19: perguntas e respostas” produzida pelo Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico (LAbI-UFSCar). No *website*, as publicações, geralmente, são realizadas na modalidade escrita, mas, vez ou outra, apresentam conteúdo multimodal envolvendo, além dos textos, entrevistas gravadas, gráficos, infográficos, imagens e outras materialidades semióticas. Na série, que funcionaria como um *podcast* a princípio, o médico infectologista e professor do curso de medicina da UFSCar Bernardino Geraldo Alves Souto responde a perguntas da população sobre a COVID-19 de forma objetiva e prática. Nessa segunda produção, a inserção da tradução para a Libras modificou o formato de *podcast* para *videocast*, visto que, apesar de se manter apenas a voz do professor respondendo às perguntas, a presença da língua de sinais impede uma apresentação do conteúdo em vídeo.

O primeiro movimento para a tradução das publicações do *website* é realizado pelo GT1, que é responsável por acompanhar as publicações semanais na plataforma oficial da rede e atualizar a equipe inserindo em uma planilha compartilhada pelo grupo as publicações e o *links*. Na planilha, existem, ainda, colunas para a atualização do nome do tradutor, do

supervisor que vai acompanhar o processo, do revisor e de quem fará a edição posterior e o *status* (em tradução, em revisão, em edição ou publicado). Inicialmente, todas as publicações seriam traduzidas para a Libras, mas com o número reduzido de participantes para dar conta das traduções, decidiu-se por priorizar publicações de orientação para o público em geral, excluindo, com isso, orientações técnicas e específicas sobre farmacologia, internação e atendimento direcionadas aos profissionais da saúde. O GT1, nesse sentido, atenta-se para verificar as *tags* que marcam as postagens e as ligam aos grupos temáticos da Rede. Excluem-se postagens vinculadas e cruzadas com as *tags* “farmacologia”, “público-alvo: técnico”, “campanhas” e “saúde mental de profissionais da saúde”.

Para o *videocast*, o processo funciona de forma um pouco diferente nesse primeiro momento, pois um dos tradutores da equipe atua como desenvolvedor de *web* no LAbI e faz a intermediação com a equipe. Ele recebe os áudios e os envia à sala virtual em que estão todos os tradutores que se disponibilizam para realizar as traduções. Para esse processo, existe uma outra planilha com uma estrutura parecida com a do *site*.

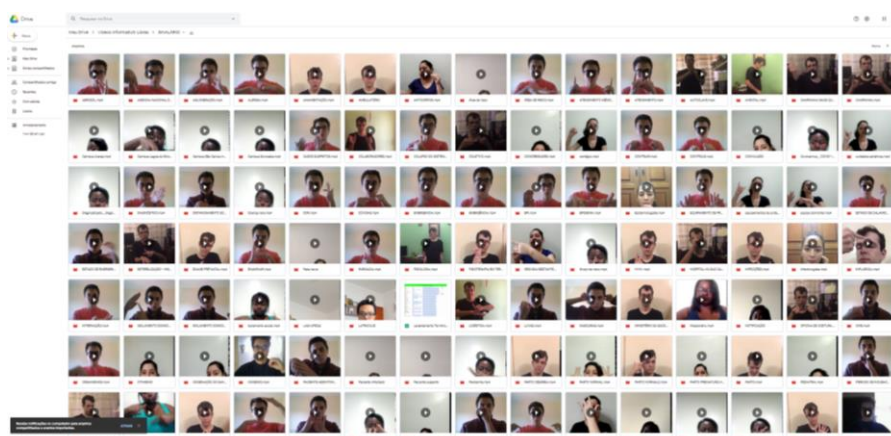
Após a atualização da planilha, os membros do GT2 escolhem as publicações que preferem traduzir. Durante o estudo do material e a preparação para a tradução, conforme vão surgindo dúvidas lexicais, os tradutores responsáveis encaminham à sala virtual da equipe listas de termos específicos que não foram possíveis de serem encontrados durante o estudo. O GT3, então, entra em ação para buscar em diferentes fontes os termos demandados pelos tradutores por meio de dicionários, glossários, *sites*, vídeos disponíveis no *YouTube* em Libras e a própria comunidade surda.

O GT3 é constituído por dez integrantes, dos quais nove são alunos do curso TILSP e uma é servidora tradutora e intérprete de Libras da universidade. Diante da quantidade de participantes, viu-se a necessidade de organizar a logística de funcionamento do grupo, a fim de cumprir com o propósito inicial de pesquisar os termos específicos do campo da saúde em Libras para disponibilizá-los aos solicitantes. O fluxo de trabalho da equipe é dividido em sete etapas: (i) recebimento da demanda; (ii) distribuição de tarefas; (iii) busca terminológica; (iv) seleção dos termos; (v) gravação dos vídeos; (vi) inclusão do termo no banco de dados, e por fim, (vii) atualização da planilha.

Na prática, ao receber a lista de termos, é feita uma consulta entre os membros da equipe para verificar se é do conhecimento deles o sinal-termo utilizado em Libras. Se sim, é realizada a gravação desse sinal-termo, dando continuidade ao processo para as etapas (vi) e (vii). Se não, a depender da quantidade de termos, distribui-se entre os participantes do grupo, para dar início à busca nas fontes mencionadas acima.

O propósito do GT3 não é a criação de sinais-termos, mas sim a identificação desses termos nos materiais consultados que, na maioria das vezes, são vídeos disponíveis no *YouTube* produzidos em língua de sinais. Em situações em que um mesmo termo apresenta variação, prioriza-se o termo de maior incidência, isto é, aquele que aparece mais de uma vez nos vídeos ou fontes consultadas. Após a seleção do sinal-termo, é feito o registro em vídeo por um dos integrantes da equipe que, na sequência, o inclui num banco de dados (Figura 1) intitulado de *Sinalário InformaSUS*, para que os tradutores possam acessar e consultar o termo desejado. No intuito de organizar as informações e facilitar o acesso aos termos, foi incorporada pelo GT3 uma planilha contendo o levantamento terminológico realizado, que, por sua vez, é composta pelos campos: termo, fonte, sinal e exemplo de uso/contexto, que auxilia o consultante do material na localização exata do termo desejado e o seu respectivo sinal.

Figura 1: *Sinalário InformaSUS*



Fonte: desenvolvido pelos autores

Após terem suas dúvidas terminológicas sanadas, os tradutores, então, realizam a primeira versão da tradução e enviam o material para a pasta intitulada “vídeos traduzidos”, que fica disponível para que o GT4 faça a revisão e aprove a versão para a edição ou sinalize a necessidade de refacção. Depois da aprovação do GT4, o vídeo é submetido ao GT5, que realiza a edição e finalização do material para ser enviado ao *site*.

O processo de edição dos vídeos foi pensado para ser rápido e de baixa complexidade. Rápido porque, a cada nova postagem, há o tempo para o texto ser traduzido para a Libras e o tempo para a regravação da tradução após a revisão. Assim, quanto menor for o tempo de edição para a postagem do vídeo finalizado, mais rapidamente a tradução estará disponível no *website*. E de baixa complexidade, pois o objetivo é que alunos dos cursos de Imagem e Som

e TILSP da UFSCar, mesmo que com pouca experiência e conhecimento em edição de vídeo, possam atuar também nessa atividade, sob supervisão dos coordenadores do projeto de extensão. Para que os alunos pudessem participar da edição dos vídeos, foi disponibilizada, no armazenamento em nuvem compartilhado do projeto, uma pasta com os arquivos necessários para a edição dos vídeos, bem como um tutorial em vídeo gravado pelo supervisor de edição do projeto, na tentativa de sanar as principais dúvidas sobre o passo a passo do processo de edição. Este tutorial mostra como a edição deve ser realizada a partir de dois *softwares* de edição diferentes. Um deles é mais conhecido, mas é pago. Já o outro não é tão popular, porém é um *freeware* de código aberto.

Foi criada uma vinheta para o início do vídeo a partir das imagens, cores e tipografia do site, mantendo a identidade visual do portal. O único elemento da vinheta que é alterado para cada vídeo é o título que antecede a aparição do tradutor. As gravações das traduções acontecem nas residências dos tradutores, seguindo recomendações pré-definidas no plano de trabalho, mas com aparelhos celulares e sem uma estrutura profissional. A equipe possui consciência de que é difícil montar um fundo com iluminação homogênea e sem sombras fora de um estúdio. Por isso, as imagens chegam para a edição com qualidade não profissional, mas em condições aceitáveis, necessitando apenas de pequenas correções de brilho, contraste, balanço de cores e saturação. São inseridas no vídeo final as logomarcas do InformaSUS e da UFSCar no canto superior esquerdo e no canto inferior direito, respectivamente (Quadro 1). Para finalizar o vídeo, uma tela com o mesmo fundo da vinheta aparece com os créditos do tradutor, revisor e editor.

Figura 2: Sequência da apresentação do vídeo traduzido

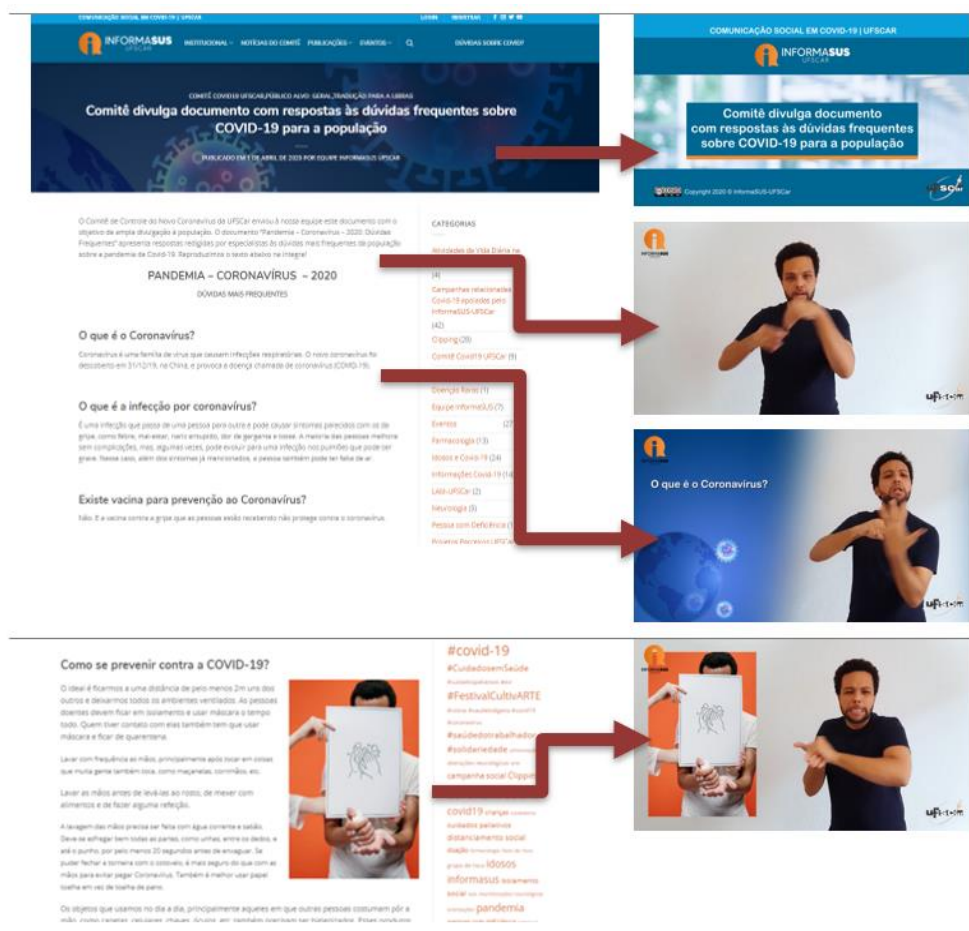


Fonte: <https://youtu.be/vb1zZL7IUiA>

Algumas postagens foram selecionadas para uma edição mais detalhada, como, por exemplo, o texto “Comitê divulga documento com respostas às dúvidas frequentes sobre COVID-19 para a população”. Nessa publicação, o texto está dividido e organizado visualmente pelas vinte perguntas que se destacam em negrito. O leitor pode “navegar” pelo texto visualizando as perguntas que mais lhe interessam. Para que o usuário de Libras tenha

uma experiência semelhante, o vídeo foi editado com a adição de telas com o texto de cada pergunta ao mesmo tempo em que o tradutor aparece ao lado sinalizando. Assim, o vídeo também ficou dividido, e o tradutor não aparece sinalizando do início até o final sem nenhuma alteração visual como nos outros. Outro recurso utilizado para melhorar a experiência da navegação pelo vídeo foi o de adicionar um índice das perguntas na descrição do vídeo na plataforma *YouTube*. Ao clicar no *link* formado pelo texto do tempo (minuto e segundos) do início de cada pergunta, o *player* avança ou retrocede para esse ponto. Para aproximar esteticamente o texto ao vídeo, foram utilizadas as mesmas imagens que ilustram o texto no mesmo momento (Figura 3).

Figura 3: Tradução da publicação “Comitê divulga documento com respostas às dúvidas frequentes sobre COVID-19 para a população”



Fonte: elaborado pelos autores¹⁰

A tradução do *podcast* segue os mesmos procedimentos de tradução e revisão, mas a edição final é realizada pelo LAbI, que insere a foto do professor à esquerda, a pergunta a ser

¹⁰ Texto e vídeo disponíveis em: <https://www.informasus.ufscar.br/comite-divulga-documento-com-respostas-as-duvidas-frequentes-sobre-covid-19-para-a-populacao/>

respondida em português no centro e a janela com a tradução para a Libras à direita. Abaixo das duas janelas, o *videocast* apresenta também uma imagem que indica que o texto está sendo produzido em áudio.

Figura 4: Layout da série “COVID-19: perguntas e respostas”



Fonte: <https://youtu.be/l9agM03f71k>

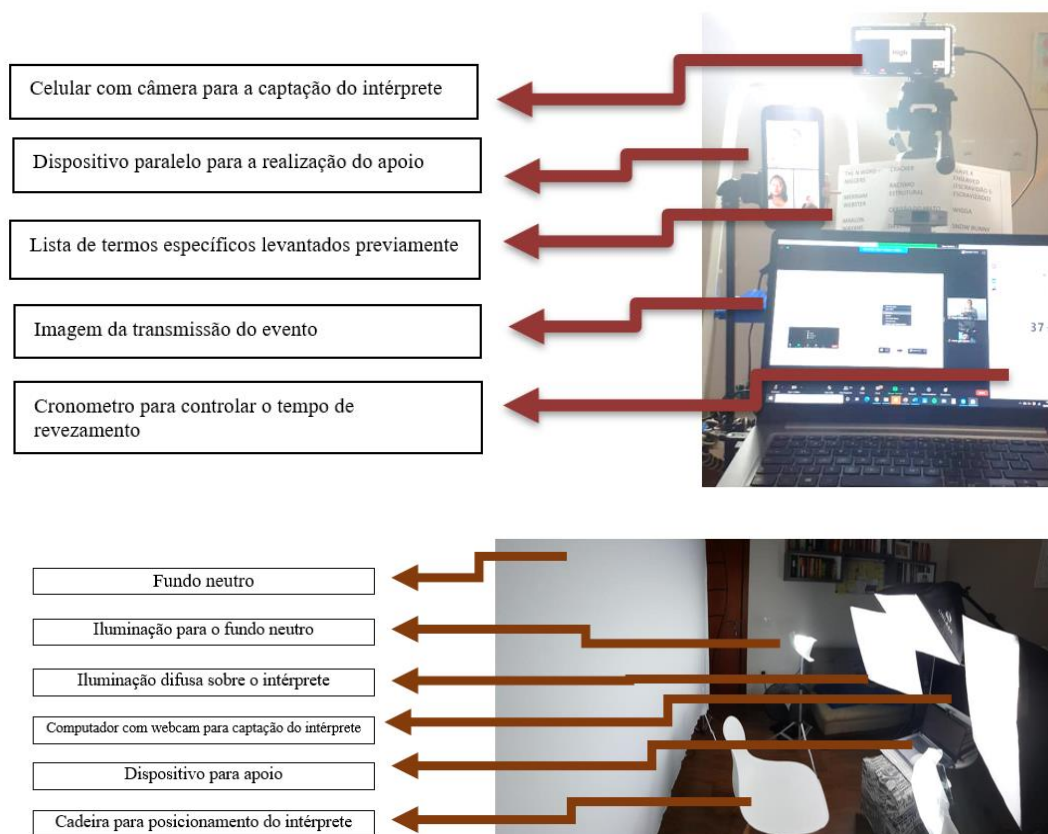
3.2. Fluxo da interpretação

Para a interpretação, o processo é um pouco diferente. Os grupos temáticos que organizam as *lives* entram em contato com o coordenador da equipe de tradução e interpretação enviando a data e o tema, e este, por sua vez, repassa-as ao grupo e pergunta sobre a disponibilidade dos intérpretes que se voluntariam para atuar. O coordenador da Rede InformaSUS cria uma sala virtual no *WhatsApp* e adiciona todos os participantes do evento, dentre eles os intérpretes que podem entrar em contato com os participantes, solicitando material e síntese da fala para a preparação.

Entretanto, a estrutura e a forma de trabalho demandadas dos profissionais diferem-se um pouco da tradução do *site* e do *videocast*. É necessário, além de uma boa câmera para captação da imagem, uma boa internet para garantir a transmissão da interpretação, um computador para acompanhar a transmissão na plataforma principal e um outro dispositivo para que os intérpretes da equipe se comuniquem durante o evento. Enquanto na tradução do *site* e do *podcast*, os tradutores atuam sozinhos em suas residências e, só depois de finalizado o processo, submetem o produto a outras pessoas, a interpretação é realizada sempre em duplas. Quando um dos intérpretes é um estudante do curso de graduação em TILSP, a dupla que o acompanha é um professor do curso ou um TA tradutor e intérprete de Libras que atua na interpretação e supervisiona o aluno durante a *live*.

A atuação em equipe na interpretação de língua de sinais é uma prática corriqueira, especialmente em conferências. Segundo Nogueira (2016, p. 91), “todos os membros da equipe estão efetivamente envolvidos no processo; eles podem estar realizando a interpretação ou em um papel de apoio. Esse apoio é necessário para aperfeiçoar o desempenho da equipe e assegurar a comunicação precisa”. Todavia, no contexto da interpretação remota, o trabalho em equipe é garantido por uma estrutura paralela à da captação, que pode ser uma sala virtual em uma outra plataforma no computador ou um dispositivo à parte que permita a visualização do intérprete de apoio:

Figura 5: possíveis estruturas para a atuação na interpretação remota



Fonte: desenvolvido pelos autores.

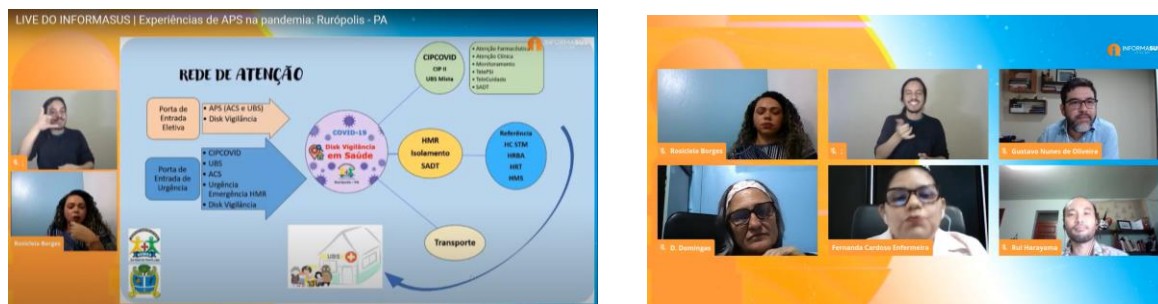
Durante a atuação na interpretação, acontece o revezamento dos intérpretes a cada 30 minutos, conforme recomendação das Notas Técnicas (NT) 02/2017¹¹, sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais, e 04/2020¹², sobre interpretação simultânea remota para a Libras, emitidas pela Federação Brasileira das Associações de Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes da Língua de Sinais (Febrapils).

¹¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZNKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>

¹² Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view>

A estrutura indicada permite, além da realização do trabalho em equipe, a apresentação da janela de Libras sem interferências, conforme indica a NT 04/2020 da Febrapils e a NBR 15290/05 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

Figura 5: Live do InformaSUS. À esquerda, apresentação de slides pelo palestrante junto com o intérprete. À direita, o bate-papo com todos os presentes na live.



Fonte: <https://youtu.be/96Mt3F6AEfw>

4. Considerações finais

A pandemia do novo Coronavírus impôs a todos nós novas formas de relacionamentos, de trabalho e cuidados com a saúde. Dentre os grupos afetados por esse novo contexto, estão os tradutores e intérpretes de língua de sinais que precisaram aprender a lidar com novas formas de realização de suas práticas profissionais, a fim de garantir à população surda acesso às informações produzidas para os cuidados básicos e proteção da vida.

Na Rede InformaSUS-UFSCar, essas atividades têm colaborado para que a população surda acesse informações científicas de qualidade, geradas por grupos temáticos que se dedicam a investigar cientificamente as questões ligadas à pandemia e a averiguar as informações, garantindo, com isso, um padrão para evitar a disseminação de informações falsas. A descrição dos processos de tradução e de interpretação empreendidos neste artigo pode contribuir para a compreensão de práticas profissionais de tradutores e de intérpretes de língua de sinais em contextos de emergências, bem como com aspectos formativos a partir da nova realidade imposta pela pandemia. Salienta-se, com essa experiência, que o acesso à informação é um direito da população surda e, por isso, não apenas os agentes e instituições públicos devem promovê-lo, mas todos aqueles que defendem e compreendem que uma sociedade democrática se faz com comunicação para todos.

Referências

- ALLEY, E. Exploring Remote Interpreting. **International Journal of Interpreter Education**. v. 4, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.cit-asl.org/new/wp-content/uploads/2012/05/IJIEvol4no1-complete.pdf#page=115>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BEGROW, D. V.; SANTOS, D. S.; JESUS, M. E. F.; BISPO, M. M. C.; SOUZA, M. P.; COSTA, P. S. A (in)visibilidade do surdo na atenção primária: relato de experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 753-762, ago. 2020. Disponível em: <http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2567>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.
- BRAUN, S. Remote Interpreting. In MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. (Eds.) **Routledge Handbook of Interpreting**. London/New York: Routledge, 2015.
- CHAVEIRO, N.; DUARTE, S. B. R.; FREITAS, A. R.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C.; FLECK, M. P. A. Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais: revisão integrativa. **Interface: comunicação saúde educação**. v. 18, n. 48, p. 101-114, 2014.
- CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. n. 42, v. 3, 2008.
- COSTA, L. S. M.; ALMEIDA, R. C. N. A.; MAYWORN, M. C.; ALVES, P. T. F.; BULHÕES, P. A. M. PINHEIRO, V. M. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**. v. 7, n. 3, 2009.
- DATAFOLHA. **Comportamento da População - Coronavírus – Instituto Datafolha – Março 2020**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/03/23/22cedee019d1bf3e5e82c889e058b9bhb.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- FEBRAPILS. **Nota técnica N.004/2020: sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de sinais**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- FEBRAPILS. **Nota técnica N. 02/2017 sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais intérpretes de libras/português**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZNKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- JESUS, R. B. **“Ei, aquele é o intérprete de Libras?”: atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde**. Orientadora: Audrei Gesser. 241 f. 2017. Dissertação (Mestrado em

Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2017.

Versão eletrônica. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182062/351452.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 maio 2021.

MOURA, M. C. **O Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MOURA, M. C. Surdez e linguagem. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs).

Tenho um aluno surdo, e agora? São Carlos: EDUFSCar, 2013.

NASCIMENTO, M. V. B. **Tradução de Libras em materiais audiovisuais**: usabilidade de janelas e sincronia verbo-visual no processo tradutório. (Relatório de Pesquisa). Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2017/21970-9), São Paulo, 2020.

NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo**: elementos verbo-visuais na produção de sentidos. Orientadora: Elisabeth Brait. 148 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Comunicação, Filosofia, Letras e Artes, PUC, São Paulo, 2011. Versão eletrônica. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13551/1/Marcus%20Vinicius%20Batista%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

NASCIMENTO, V. Janelas de libras e gêneros do discurso: apontamentos para a formação e atuação de tradutores de língua de sinais. **Trabalhos de Linguística Aplicada**. Campinas, v. 56, n. 2, p. 461-492, 2017,. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/010318138649203273941>. Acesso em: 27 ago. 2020.

NASCIMENTO, V. Da norma legislativa à atividade interpretativa: acessibilidade comunicacional de surdos à mídia televisiva. In: ALBRES, N. A.; SILVA, A. A.; RUSSO, A. (Orgs.) **Diálogos em estudos da tradução e interpretação de língua de sinais**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

NOGUEIRA, T. C. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência**: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2016.

NORTHERN, J. P.; DOWNS, M. P. **Hearing in Children**. 4. ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 1991.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PAGURA, R. Tradução e interpretação. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. (Orgs.) **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Unesp Digital, 2015.

PEREIRA, P. C. **Tradutores-intérpretes de Libras na saúde**: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2014.

QUADROS, R. M. **Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; PICHLER, D. C. Desenvolvimento Bilíngue Intermodal: Implicações para Educação e Interpretação de Língua de Sinais. In: MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L.; VERGAMINI, S. A. A (Org.). **Educação para surdos**: práticas e perspectivas II. São Paulo: Santos, 2011.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RODRIGUES, C. H. Translation and signed language: highlighting the visual-gestural modality. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p294>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RODRIGUES, C. H. Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. **Revista da Anpoll**. v. 1, n. 44, Florianópolis, p. 111-129, jan./abr. 2018.

ROSA, A. M. Do broadcasting à Internet: critérios de distinção entre os meios clássicos de comunicação de massas e os novos media. **Communication Studies - Estudos em Comunicação**, n. 13, p. 1-36, 2013.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para língua brasileira de sinais. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2010.

SOARES, I. P.; LIMA, E. M. M.; SANTOS, A. C. M.; FERREIRA, C. B. Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978/16591>. Acesso em: 28 ago. 2020.